

IDEOLOGIA POLÍTICA NACIONALISTA E LEGITIMAÇÃO DO ESTADO MODERNO

LARISSA ROSEVICS

Bacharel em Relações Internacionais

MARLUS VINICIUS FORIGO

Mestre em Comunicação e Linguagens pela UTP,
Licenciado em Filosofia e Professor de Ciência Política e
Filosofia das Faculdades Integradas Curitiba



RESUMO

O presente artigo pretende ser uma contribuição multidisciplinar, compreendendo as áreas de História, Sociologia Política e das Relações Internacionais. A discussão sobre a ideologia política nacionalista e a legitimação do Estado moderno, tem como contexto histórico o final do século XVIII e o início do XIX e tem sua razão de existência na necessidade da burguesia européia de legitimar a superestrutura estatal do sistema capitalista. Com base na perspectiva teórica marxista, este artigo é uma explicação de como a ascensão da burguesia ao poder significou uma nova forma de dominação em substituição ao modelo absolutista e de como a continuidade do Estado burguês dependia do ocultamento dessa nova realidade de desigualdades sociais. A sobrevivência do Estado capitalista dependia da criação de novas representações sociais que universalizassem os valores liberais mascarando as formas de exploração econômica e dominação política.

Palavras-chave: nacionalismo, ideologia, dominação, política e Estado.

ABSTRACT

This article aims at providing a multidisciplinary contribution encompassing the areas of knowledge of history, political sociology and international relations. The debate over nationalist political ideology and the legitimation of the modern state belongs to the historical context of the end of the eighteenth century and the beginning of the nineteenth century, connected to the need of the European bourgeois to legitimate the super-structure of the state within the capitalist system. Grounded on the Marxist theoretical perspective, this article explains the reasons that made the bourgeois ascension to power a new form of domination, which took the place of absolutism. This new form of social inequality needed to be concealed in order to secure the continuity of the bourgeois state. The survival of the capitalist state depended upon the creation of new social representations that universalized liberal values disguising the new forms of economic exploitation and political domination.

Keywords: nationalism, ideology, domination, political and state.

1 INTRODUÇÃO

A análise das Relações Internacionais tem a relação entre os Estados, o sistema internacional, as relações interestatais e transnacionais como âncoras para seus estudos. No entanto, muitas dessas análises ignoram ou subestimam os mecanismos ideológicos produzindo, ainda hoje, uma carência de análises quanto ao papel das ideologias políticas dos Estados, tanto no que diz respeito às formas de legitimação destes quanto às relações interestatais.

2 MATERIALISMO HISTÓRICO E IDEOLOGIA

Segundo Fred Halliday, os aspectos ideológicos presentes na estrutura e nas relações dos Estados só se tornaram relevantes após os anos 70 e 80 (século XX), com o resgate da teoria marxista na análise das Relações Internacionais e mesmo assim, timidamente, pois se restringia a questões relativas ao subdesenvolvimento dos países do Hemisfério Sul. O próprio autor (1999, p. 31) afirma que importantes aspectos da teoria marxista não foram abordados:

A visão marxista clássica, alternativa, sobre o desenvolvimento foi desconsiderada (segundo a qual interessava ao capitalismo desenvolver o Terceiro Mundo), assim como alguns de seus conceitos fundamentais, mais relevantes para as preocupações das RI, referentes às causas das guerras, ao papel das classes e ao caráter da ideologia, não foram utilizados na análise internacional. Ao defender a primazia de uma agenda alternativa – as relações Norte-Sul e as estruturas internacionais de exploração – o marxismo deixou as relações internacionais incólumes.

Todo desenvolvimento de forças produtivas necessita de uma ideologia que as legitime. Tratando-se da sociedade atual, o surgimento do sistema econômico capitalista não apenas a transformou infra-estruturalmente com o surgimento das indústrias, como também super-estruturalmente, com a passagem da classe burguesa à dominante e do Estado a defensor da propriedade privada e das forças produtivas, o que levou a um aprofundamento das relações desiguais em que essa mesma sociedade se encontra. Ideologias burguesas buscam legitimar o Estado e esconder a desigualdade social existente, por meio da disseminação dos interesses da classe dominante como universais e racionais.

Segundo Fred Halliday, o materialismo histórico, enquanto método de análise e pesquisa, não ganhou nos estudos sobre as Relações Internacionais o mesmo enfoque que nas demais ciências sociais. Isso se deve a dois motivos principais: o comprometimento dos estudiosos ingleses e norte-americanos na análise das Relações Internacionais com teorias não marxistas¹; a ênfase nos estudos dos fatores econômicos, o que enfraqueceu as análises políticas, ideológicas e de segurança. Esses fatores fizeram com que o materialismo histórico não oferecesse contribuições substanciais, abrangentes e inteligíveis durante o século passado para as Relações Internacionais. Isso não quer dizer que esse método seja ineficaz ou desnecessário, como ressalta Halliday (1999, p. 73):

Marx e Engels escreveram extensamente sobre as questões "internacionais", considerando as questões teóricas relativas à internacionalização do capitalismo e aos eventos políticos internacionais de seu tempo. Nestes escritos, existe muita substância, conceitos e matizes que são pertinentes para construir a interação entre o materialismo histórico e as Relações Internacionais.

Entender as ideologias políticas burguesas e suas funções é um passo importante para entender o próprio Estado e a relação entre as burguesias do mundo e seus interesses. Por isso, o estudo da ideologia política nacionalista como mais um aspecto complementar nesta análise – seu surgimento e sua função – é um campo importante e ainda pouco explorado dentro das Relações Internacionais e da utilização da teoria marxista como base de análise. Ainda que venha sofrendo transformações durante o século XX, essa ideologia burguesa não perdeu o cerne de sua existência: a legitimidade do Estado-nação e de seus governos.

Toda idéia nasce da capacidade, que apenas os seres humanos têm, de assimilar as experiências exteriores e transformá-las em um conjunto de símbolos e significados. Politzer (1986, p. 194) bem define a ideologia:

¹ O realismo e o behaviorismo são duas correntes teóricas que estudam as Relações Internacionais. O realismo, de matriz hobbesiana, considera o Estado como único ator de suas discussões. Já o behaviorismo é uma teoria que trata do poder enquanto capacidade de induzir outrem a agir contra sua vontade transformando a política num subsistema do sistema social.

A que chamamos uma ideologia? Quem diz ideologia, diz, antes de mais, *idéia*. A ideologia é um conjunto de idéias que forma um todo, uma teoria, um sistema ou mesmo, por vezes, simplesmente um estado de espírito.

O marxismo é uma ideologia que forma um todo e oferece um método de resolução de todos os problemas. Uma ideologia republicana é um conjunto de idéias que encontramos no espírito de um republicano.

Mas, uma ideologia não é só um conjunto de idéias puras, que se suporiam separadas de todo o sentimento (esta seria uma concepção metafísica); uma ideologia comporta necessariamente sentimentos, simpatias, antipatias, esperanças, crenças, etc. É tudo isso que faz uma ideologia. (grifo do autor).

Da mesma forma, Andrew Vincent (1995, p. 28) descreve a ideologia como expressão de idéias humanas, legitimadora de algumas atividades humanas e motivo de integração entre um grupo de homens em prol de uma causa.

[...] as ideologias são corpos de conceitos, valores e símbolos que incorporam concepções da natureza humana e, assim, apontam o que é possível ou impossível aos homens realizar; as reflexões críticas sobre a natureza da interação humana; os valores a que os homens devem aspirar ou a que devem rejeitar; e as medidas técnicas corretas para a vida social, econômica e política que atenderão às necessidades e interesses dos seres humanos [...] As ideologias também pretendem legitimar certas atividades ou medidas e integrar os indivíduos, capacitando-os a ficarem coesos em torno de determinados objetos.

Assim como as idéias e o Estado, a ideologia faz parte da superestrutura de uma sociedade, a superestrutura ideológica. O que fundamentalmente, para Marx, forma a superestrutura é o modo de produção da sociedade, ou seja, sua infra-estrutura. A superestrutura ideológica pode produzir uma consciência verdadeira da realidade, quando a ideologia reflete as verdadeiras condições materiais em que vive a sociedade. Pode ser uma consciência falsa, que não corresponde à realidade. A ideologia tende a refletir a base da sociedade, porém pode fazer isso de forma distorcida, pois tem uma posição submissa e de interação com a infra-estrutura.

Os séculos XVIII e XIX trouxeram novos ares para a história da humanidade, tanto do ponto de vista teórico quanto prático e institucional. Entretanto, esses séculos não puderam apagar as contradições conseqüentes das relações de produção e da dinâmica das forças produtivas. Sabe-se que na sociedade capitalista, a infra-estrutura é baseada na

exploração do homem pelo homem, em que os meios de produção pertencem ao dono do capital, e a divisão da sociedade em classes antagônicas é evidente. Dessa forma, no modo de produção capitalista, a ideologia adquiriu o papel de instrumento de dominação da classe burguesa. Essa ideologia do modo de produção capitalista é definida Marilena Chauí (1995, p. 113-114):

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem, fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera de produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado.

Toda ideologia que aparecer durante o período de predomínio do modo de produção capitalista e que não evidencie a realidade da luta entre as classes será uma ideologia produtora de consciência falsa. A ideologia que se desenvolve no seio da sociedade capitalista tende a defender e legitimar o sistema vigente. Essa não é uma missão muito fácil, levando-se em consideração o caráter explorador desse modo de produção. Por isso, essas ideologias não evidenciam a realidade, formando uma falsa consciência dela e, para tanto, utilizam-se de diversos meios para poder se concretizar.

Embora a ideologia política nacionalista invoque a idéia de antiguidade, de tradição, de pertença à história de determinada sociedade, com o intuito de produzir uma forma de consciência social e apresentá-la como natural, o fato é que, enquanto ideologia, na teoria marxista, não passa de uma falsa consciência, pois Marx define a ideologia como reflexo de uma infra-estrutura real, dinâmica e ativa, nem mesmo eterna, uma vez que as ideologias mudam conforme as necessidades de adaptabilidade das infra-estruturas, não possuindo uma tradição ou uma história própria individual e antiga. Essa consciência, portanto, não tem vida própria.

Em um processo contínuo de afirmação, para que a ideologia seja eficaz, é preciso que ela esteja sempre presente na vida das pessoas, seja pela divulgação por uma instituição ou por toda obra artística, literária, educacional e de entretenimento que vise esconder, camuflar ou distorcer a realidade.

Sabendo-se que as instituições são parte de uma superestrutura de base desigual, compreende-se que a educação, não raras vezes, repassada pelas instituições educacionais formais, incute, desde a infância, valores e conceitos da classe dominante. “É através dos aparelhos ideológicos, em particular o escolar, que as elites dominantes garantem a sua influência sacralizada e elevada como verdades científicas.” (ALMEIDA, 2004, p.43).

Em uma sociedade em que a existência de luta de classes é evidente e em que se precisa do consumo cada vez maior para sobreviver, e a massa assalariada é apenas força de trabalho, as ideologias capitalistas legitimaram o Estado, demonstrando o interesse de alguns como o interesse de todos. Da mesma forma, o Estado, mediante os aparelhos ideológicos², divulgará essas ideologias capitalistas, em um ciclo incansável de controle e alienação da classe dominada.

Para a burguesia dominante, não bastava conseguir o poder político: era preciso mantê-lo. Para tanto buscou o apoio das classes marginais no momento da tomada do poder de Estado e posteriormente manteve a classe dominada sob controle, de maneira que esta não percebesse a exploração que sofria e a força que tinha para enfrentá-la. Nesse sentido, o papel das ideologias da superestrutura capitalista foi fundamental.

Apesar de não existir uma articulação internacional, a elite capitalista acabou chegando ao poder, mas não conseguiu isso sozinha. Foi preciso que muitos morressem por essa causa, muitos que nunca chegariam ao poder de fato. Foi preciso que um ideal lhes guiasse rumo à luta e que, após a vitória, pudesse lhes dar a ilusão de que eram os verdadeiros vencedores, legitimando o poder de quem fosse o governante.

² Para Althusser (1998, p. 68), os aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) referem-se a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas, que têm por função superestrutural a sustentação no plano das idéias da infra-estrutura econômica, sendo determinados por elas. Assim, “[...] todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas.” (ALTHUSSER, 1998, p. 78). Os espaços de reprodução e difusão da ideologia dominante estão contidos na religião, na escola, na família, no sistema jurídico, no sistema político, na cultura e até mesmo no sistema sindical e nos meios de comunicação, como a imprensa escrita, o rádio, a televisão e outros.

A ideologia política nacionalista, como outras ideologias capitalistas, demonstrou naturalidade onde existe desigualdade, universalidade onde existiam interesses diferentes, generalização onde existiam classes sociais.

3 IDEOLOGIA POLÍTICA NACIONALISTA

Para as sociedades dos séculos XX e XXI, termos como “orgulho nacional”, “hino”, “bandeira”, “dia da independência” são completamente naturais e comuns. Desde o momento em que as crianças passam a frequentar as instituições de ensino, aprendem sobre os heróis nacionais, aqueles que construíram o país; aprendem a cantar hinos e a dobrar bandeiras. Esses sentimentos e ações são introduzidos tão cedo nas pessoas, pois muitas têm a sensação de já terem nascido com todo esse arcabouço ideológico. Isso é um dos intuitos da ideologia política nacionalista.

Respeito, amor, doação e lealdade são algumas características que o nacionalismo exige de seus cidadãos. Segundo este, a nação é o berço de toda a sociedade, um organismo espiritual que tem sua vida expressa na língua, na cultura, no folclore, no território, nos símbolos nacionais, algumas vezes até mesmo na raça. Para países como os Estados Unidos e os colonialistas europeus, a presença da ideologia política nacionalista se faz presente na idéia de que apenas a nação é capaz de dar a verdadeira união aos cidadãos. Nas palavras de M. Perry (1999, p. 388):

O nacionalismo é um vínculo consciente partilhado por um grupo de pessoas que se sente fortemente ligado a uma determinada terra e que possui uma cultura e uma história comuns, marcadas por glórias e sofrimentos vividos em conjunto. Os nacionalistas sustentavam que o mais profundo sentimento de lealdade e devoção de um indivíduo deve ser dirigido à nação. Demonstram grande orgulho pela história e pelas tradições do seu povo e muitas vezes julgam que sua nação foi especialmente escolhida por Deus ou pela história. Afirmando que a nação – sua história e cultura – confere significado à vida e às ações de um indivíduo. Tal como uma religião, o nacionalismo dá ao indivíduo um senso de comunidade e uma causa digna de auto – sacrifício. A identificação com as realizações coletivas da nação exalta os sentimentos de valor pessoal.

Hoje é impossível entender o Estado-nação sem todos esses atributos. A ideologia política nacionalista está profundamente arraigada na percepção desse Estado e em sua legitimação. É preciso entender quando e como tudo isso aconteceu. O Estado-nação é um resultado do sistema capitalista, que substituiu o sistema feudal. A humanidade não nasceu

dividida em nações e nacionalismos, pois isso é um período pelo qual ela passa, assim como já esteve submersa em tantas outras superestruturas projetadas pela elite dominante. Como elucida Anthony D. Smith (1992, p. 334), esse é um processo que não tem mais volta e no qual estamos todos envolvidos, direta ou indiretamente:

E, no entanto, não seria o caso de voltar atrás e reerguer os impérios desconexos e poliétnicos com que sonham alguns antinacionalistas. Pode ser que o erro esteja no nacionalismo, e que os problemas só surjam quando a homogeneidade étnica e a coextensividade cultural se tornam objetivos desejáveis em si. Permanece o fato, central para toda a era moderna desde a Revolução Francesa que a maioria dos homens e mulheres educados e politicamente conscientes praticam o “nacionalismo”, ainda que tacitamente, através da rejeição e da autodiferenciação. Eles não concebem nenhum outro modo viável de existência política e cultural. As premissas do “nacionalismo” moldaram seus horizontes políticos tanto quanto o “desenvolvimento” ditou suas agendas econômicas.

A ideologia política nacionalista é um fenômeno relativamente recente e tem suas origens na necessidade de legitimar a superestrutura estatal do sistema capitalista, que se concretizou no final do século XVIII e durante o século XIX. Foi principalmente nesse período que a burguesia, a proprietária da força de trabalho do proletariado, decidiu efetivar o poder político, que de certa forma, já possuíam.

Sozinha seria, porém, difícil que alcançasse esse poder e, ainda que conseguisse, seria quase impossível de mantê-lo sem a legitimidade de toda a sociedade. Daí vem a importância da ideologia política nacionalista. Para K. Marx (1999, p. 74):

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos de ideais: é obrigada a emprestar às suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-la como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas.

A universalização dos valores e conceitos burgueses busca ocultar a realidade da diferença de classes, que contém interesses distintos, além de legitimar o poder da classe dominante. Esse é um processo que pertence à esfera das ideologias, pois segundo Cassiano Cordi (2001, p. 111):

Generalizar ou universalizar o que é particular é uma das artimanhas da ideologia. Ela orienta e legitima a ação dos homens na história, por meio de realidades genéricas que chamamos *universais*, tais como Pátria, Família, Nação, Ciência, Igreja, Estado, Escola. Nascidas de situações concretas que atendem às necessidades humanas, essas idéias genéricas ordenam a sociedade. É com elas que os homens constroem o *imaginário social* – um conjunto coerente e sistemático de imagens e representações culturais, econômicas e políticas capaz de explicar e justificar a realidade. [...] A maneira pela qual essas entidades são organizadas torna-as diferentes das partes que as compõem. Ganham autonomia em relação aos indivíduos que as integram [...] Essa independência, embora real, não é legítima, pois são poderes particulares que se encarregam de organizar as esferas do social, constituindo, assim, uma comunidade ilusória. (grifo do autor).

4 IDEOLOGIA POLÍTICA NACIONALISTA E LEGITIMIDADE ESTATAL

Politicamente, quando se trata de legitimidade, refere-se ao Estado, à sua aceitação por meio de consenso, de seu poder de persuasão que evita a reação dos cidadãos à situação real de desigualdade em que se encontra a sociedade. É pela legitimidade que um Estado consegue ter em suas mãos o monopólio da força física, eliminando toda concorrência quanto à segurança de seus cidadãos. A legitimidade é a justificação do poder existente de fato, pela base moral e legal de uma sociedade, em um determinado momento. Portanto, para que seja amplamente aceita, é preciso que a legitimidade esteja em conformidade com as crenças de uma determinada época, os valores e os princípios da ideologia dominante do período. De acordo com Marilena Chauí (1995, p. 21):

Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.

Um dos principais fatores a ser analisado quanto à legitimidade política de um governo é de onde vem a permissão para que uns governem e outros sejam governados. O fim do Estado absoluto fez a figura da nação tomar o lugar do rei, transferindo a ela o sentido de lealdade: “[...] o sentimento de pertença à própria Nação adquire uma posição de total preponderância sobre qualquer outro sentimento de pertença territorial, religiosa ou ideológica.” (BOBBIO, 1999, p.795).

As mudanças infra-estruturais ocorrem muito mais rápido que as mudanças superestruturais que envolvem a legitimidade e as ideologias de uma sociedade. Portanto, ainda que não seja de forma rápida, os valores e as crenças de uma sociedade e de sua elite tendem a mudar, sendo necessário novas formas de legitimidade do poder constituído. Pelo entendimento de P. Bonavides (2001, p. 120):

Na Idade Média, nessa crença o suporte da legitimidade foi Deus, a religião, o sobrenatural, ao passo que contemporaneamente ela vem sendo o povo, a democracia, o consentimento dos cidadãos e a adesão dos governados.

Mas esses conceitos de nação, de nacionalismo e essas transformações que tiveram início na Europa do século XIX são produtos da ideologia política nacionalista. Como reflexo da infra-estrutura estabelecida pela sociedade burguesa, a ideologia política nacionalista desvirtua a população do problema central da exploração do homem pelo homem e do Estado como instrumento da burguesia sobre os explorados, defendendo idéias de laços ancestrais entre todos e da necessidade de fidelidade com sua nação. Como ideologia, busca transformar esse ambiente de luta de classes e opressão em harmonioso e natural, universalizando os conceitos da elite industrial sobre todas as outras e camuflando a realidade de opressora em que a classe dominada vive.

Independente da forma como a legitimidade aparecerá durante a história, ela sempre trará consigo a promessa de que promoverá uma sociedade justa. As pessoas obedeceriam ao Estado, de forma consensual e espontânea, desde que o consenso fosse exercido sem a interferência do poder e sem deformações ideológicas da realidade.

Esse consenso quanto ao Estado não se dá de forma livre pelos cidadãos. Tal relação se dá de forma manipulada e forçada, em que o consenso é imposto e tem um conteúdo ideológico. Inserida em uma realidade de luta de classes e de um sistema capitalista, percebe-se que a legitimidade de qualquer Estado nunca poderá atingir seus ideais de justiça e de consenso sem interferência do poder (que pertence a apenas

uma parte da sociedade) e muito menos sem ideologia (que busca camuflar a realidade). Portanto, toda a legitimidade de um Estado capitalista tem um consenso imposto e necessita de uma ideologia, para que possa ganhar, por meio de engodos, a aceitação da sociedade como um todo. Ou seja, a legitimidade não passa de parte da superestrutura de uma sociedade, que tende a mudar conforme as transformações que se realizam na infra-estrutura desta.

Elucida-se no verbete “legitimidade”, do *Dicionário político*, de N. Bobbio (1999, p. 679):

Podemos, pois, afirmar que a Legitimidade do Estado é uma situação nunca plenamente concretizada na história, a não ser como aspiração, e que um Estado será mais ou menos legítimo na medida em que torna real o valor de um consenso livremente manifestado por parte de uma comunidade de homens autônomos e conscientes, isto é, na medida em que consegue se aproximar à idéia-limite da eliminação do poder e da ideologia nas relações sociais.

O potencial revolucionário da ideologia política nacionalista é algo surpreendente. Foi com ele que a Europa, em fins do século XIX, transformou-se no primeiro continente composto de Estados-nações. Todavia, o papel do nacionalismo não se restringe a eliminar os privilégios de um regime obsoleto por revoluções burguesas para antecipar a consolidação da ordem burguesa, em forma de Estados nacionais. Ela também funciona como legitimadora desse poder, mediante aspectos culturais, como destaca Francisco José Calazans Falcon (2000, p. 48):

Essa “Europa romântica” da primeira metade do Oitocentos foi também uma Europa agitada pelos movimentos nacionais. Trata-se de movimentos cujo denominador comum é a luta em prol da afirmação e libertação de todas as “nações” européias, daí existir sempre um componente político associado ao cultural. O político constitui de certo modo uma extensão natural do credo liberal, se bem que a recíproca nem sempre fosse verdadeira, pois havia “nacionalistas” antiliberais. Com efeito, se muitos, como Mazzini, entendem “nação como produto de uma vontade coletiva”, consciente, portanto, há aqueles que identifica “nação” como ser orgânico, com existência própria e independente de vontade e consciência subjetiva – a nação, neste caso, é maior que a soma dos indivíduos que a integram. O problema era ainda mais complicado, porém, tanto cultural como politicamente. Culturalmente complicado, pois, em vários casos, era preciso restaurar a língua nacional, resgatar uma literatura – ou produzi-la, recuperando a cultura popular e a história nacional. Mas também politicamente, pois, conforme o caso, trata-se de “unificar politicamente” a nação dividida entre vários Estados – Alemanha, Itália – ou de

emancipar nações dominadas por um único Estado – nos impérios da Áustria, Rússia e Otomano –, ou por vários – caso da Polônia.

Mesmo a Europa posterior à metade do oitocentos, teve bastante presente o nacionalismo, como pode ser visto nas unificações alemã e italiana. Ao depor os Estados absolutistas, os revolucionários burgueses precisavam de uma base, para que o poder do Estado moderno pudesse ser aceito sem a contestação das massas. Na opinião de Marilena Chauí (1995, p. 103),

[...] se a dominação e a exploração de uma classe for perceptível como violência, isto é, como poder injusto e ilegítimo, os exploradores e dominadores se sentem no justo e legítimo direito de recusá-la revoltando-se. Por este motivo, o papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concreta. Para tanto, é função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. Ou seja, a ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação.

Os conceitos de nação e de língua foram importantes, principalmente para a divulgação do nacionalismo na classe média letrada. Contudo, a maioria da população na Europa era analfabeta e precisava de algo mais do que conceitos para poder render lealdade à nação; daí a importância dada ao sentido passional e aos diversos símbolos nacionais que foram criados.

A população legitimou o Estado, desde o momento em que, em seu inconsciente, a vontade, que antes descendia de Deus, passa a vir da própria sociedade que, com seu consentimento, permitiu que o Estado pudesse exercer o poder. O nacionalismo estreitou esse laço entre a vontade do povo e o Estado, dando ao povo uma unidade denominada nação, dotada de um espírito próprio e fonte de todo o poder político e social. A nação só consegue sua expressão máxima por intermédio da figura do Estado, portanto tão importante quanto legitimar esse Estado é defendê-lo e dever-lhe lealdade.

A ideologia política nacionalista divulga seus ideais como verdades absolutas, respaldadas pelo passado e pelos sentimentos que cada pessoa tem quanto a seu Estado e sua nação, ambos eternos e donos do destino desta. Para entender melhor a legitimidade do Estado-nação pela ideologia política nacionalista, será analisada a criação dos conceitos de nação, língua e a invenção de tradições que dão respaldo cultural a essa ideologia.

O ideal de nação traz diversos valores e regras de conduta para a sociedade que o absorve como verdades. No pensamento nacionalista, o mundo está dividido em diversas nações diferentes, cada qual com sua história, língua e destino. Fonte do poder social e político, que só se expressa completamente na figura do Estado, a nação é a única que pode libertar e realizar o ser humano por completo, pois é dela que os homens extraem seus papéis, valores e pensamentos. A nação é a unidade social fundamental, em que bens políticos e morais advêm de comunidades nacionais e históricas. Por fim, a nação é o princípio e o fim dos homens, um ente vivo dono do passado, presente e futuro de uma comunidade, em que o homem é, na verdade, constituído por meio da nação, e não o contrário. Isso é o que a ideologia política nacionalista quer que se acredite.

As nações que norteiam a Europa hoje não são tão antigas quanto se propaga. Elas são fruto do processo de unificação dos Estados europeus, iniciado por volta do século XV e que terminou apenas no século XIX, com as unificações da Itália e da Alemanha. A unificação dos territórios também unificou as cidades sobre uma ordem, um regulamento, que deveria sobressair entre todos os demais. As rivalidades existentes entre cidades sobre as ordens de um mesmo rei, passaram a desaparecer. Segundo L. HUBERMAN (1986, p. 69):

Passaram a existir leis nacionais, línguas nacionais e até mesmo Igrejas Nacionais. Os homens começaram a se considerar não como cidadãos de Madri, de Kent ou de Paris, mas como da Espanha, Inglaterra ou França. Passaram a dever fidelidade não à sua cidade ou ao seu senhor feudal, mas ao rei, que é o monarca de toda uma nação.

A transformação dos laços e sentimentos étnicos na figura da nação é um processo que pertence à esfera da ideologia política nacionalista, como base para a propagação de suas metas ideológicas. Como Anthony D. Smith (1992, p. 347) afirma:

Este pareceria certamente ser o resultado da escola da “ação política” na formação do Estado e da nação. E ele se encaixa na recente ênfase sobre o caráter “inventado” das tradições e das instituições – e também das nações. Pode-se até combinar os *insights* da tradição de Gellner Nairn com os da escola de Breuilly e Tilly: o nacionalismo “inventa nações” e as elites do Estado criam-nas. Se as elites do Estado também são nacionalistas, como tantas no Terceiro Mundo de hoje o são, então se pode dizer que o nacionalismo cria nações, viabilizando os Estados que formarão a matriz das futuras nações.

A criação da nação dá à sociedade a que pertence a existência de um passado, uma história e de um futuro e um destino, independentes da aspiração individual. O argumento dos nacionalistas é que uma sociedade que não seja uma nação não tem nem história, nem destino. Essa visão pretende esconder a verdadeira função da nação, criando-se condições para que o capitalismo possa se desenvolver. As nações são o resultado do desenvolvimento das forças produtivas e são um meio de homogeneizar a sociedade desigual. O motor da história é a luta entre as classes, não a nação, que serve simplesmente como justificativa para a teórica soberania popular que deu legitimidade ao poder da elite capitalista. Para E. Hobsbawn (2003, p. 23):

Não nos devemos deixar enganar por um paradoxo curioso, embora compreensível: as nações modernas, com toda a sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, estar enraizadas na mais remota antiguidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades humanas, "naturais" o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos propósitos interesses. Sejam quais forem as continuidades históricas ou não envolvidas no conceito moderno da "França" e dos "franceses" – que ninguém procuraria negar – estes mesmos conceitos devem incluir um componente construído ou "inventado". E é exatamente porque grande parte dos constituintes subjetivos da "nação" moderna consiste de tais construções, estando associada a símbolos adequados e, em geral, bastante recentes ou a um discurso elaborado a propósito (tal como o da "história nacional"), que o fenômeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se a atenção devida à "invenção das tradições".

5 LÍNGUA NACIONAL

Apesar de o nacionalismo defender que é a nação quem cria o Estado, pode-se perceber que o processo é bem diferente. O Estado é um instrumento muito eficaz para a formação não só da nação, como também de uma língua nacional e das tradições. Além da etnicidade, a língua foi utilizada para formar e defender a idéia de nação. Segundo Anthony D. Smith (1992, p. 337):

A "nação" devia ser "construída", pedaço a pedaço. Mas a planta para construção continuava a ter sólidas origens ocidentais. [...] E os métodos de construção também eram ocidentais: mobilização social, assimilação lingüística e o uso dos meios de comunicação de massa e da educação de massa.

Para os nacionalistas, a língua é uma condição para a identificação de uma nação. Ela tem poder espiritual ativo que constitui a realidade, em que cada língua tem uma alma diferente, não sendo apenas um mecanismo instrumental e representativo. Os homens são formados pela língua e pela nação. Todo povo que fala uma língua original é detentor de uma nação e, por isso, tem que ter um Estado. Uma nação sem língua ou território, para os nacionalistas, esta fadada ao fim.

O fenômeno das diversas línguas, diferente do que a ideologia política nacionalista defende, é um fenômeno recente. Durante o período feudal, a língua oficial e única escrita, era o latim. Além disso, poucos sabiam ler, exceto o clero, que graças a isso pôde preservar sua hegemonia intelectual, bem como vários documentos de pensadores gregos e romanos, por meio das cópias constantes que faziam nos mosteiros. L. Huberman (1986, p. 69) esclarece que

[...] o historiador medieval, porém, folheando os documentos do passado, verificaria serem todos escritos na língua que melhor conhecia – o latim. Não faria diferença nenhuma se ele morasse em Londres, Paris, Hamburgo, Amsterdã ou Roma. O latim era a língua universal dos eruditos. As crianças naquela época não estudavam inglês, alemão, holandês ou italiano. Estudavam latim. Falava-se inglês, alemão, etc., mas essas línguas só mais tarde passaram a ser escritas.

As línguas nacionais fazem parte desse fenômeno recente do Estado-nação, tanto expressas de uma forma tácita quanto faladas uniformemente pela população. Entre vários dialetos que eram falados dentro de cada Estado, um acabava sendo escolhido, recebendo uma estrutura gramatical, de regras e exceções. Como observa E. Hobsbawn (2003, p. 69):

Assim, na época anterior à generalização da educação primária não havia, nem poderia haver, nenhuma língua “nacional” falada, e não ser certos idiomas literários ou administrativos do modo como eram escritos, dirigidos ou adaptados ao uso oral, seja como uma língua franca na qual os que falam dialetos poderiam se comunicar, seja como – mais perto de nossa questão – um meio para distinguir-se a audiências populares através dos limites dos dialetos, por exemplo, a língua usada por pregadores ou declamadores de canções e poemas comuns a uma área cultural mais ampla.

Em geral, o dialeto escolhido era de uma classe que costumeiramente já utilizava esse recurso de forma escrita, como é o caso dos comerciantes e administradores. Não é difícil encontrar, no entanto, dialeto que pertencesse a um grande centro ou a uma elite, como aquele transformado em idioma nacional de um Estado. Eis como informa Anthony D. Smith (1992, p. 355):

Em outras palavras, a sociedade dinástica organizada e de língua francesa mostrou ser o instrumento da criação do Estado moderno e da construção da nação. Em suas lutas com os principados feudais e com a nobreza rebelde, os reis franceses baseados na *Ille de France* foram compelidos a procurar meios de integração cultural que permitissem assegurar seu poder administrativo. Assim, Francisco I, pelo Édito de Villers-Cotterets de 1539, fez do francês a única língua oficial, retirando qualquer base institucional a línguas como o occitânico e o bretão.

Vale lembrar que em pleno século XIX, a Europa estava repleta de analfabetos, que na maioria das vezes falavam seus dialetos ainda semitribais. Muitas línguas foram homogeneizadas pelos reis, mas isso não quer dizer que toda a população teve acesso a esses novos idiomas. Apenas pela educação é que esses idiomas acabaram por se tornar homogêneos em suas sociedades, fazendo crer que realmente é a língua que une e desune as pessoas. Relembrando o pensamento de Louis Althusser, a escola é um aparelho ideológico do Estado, que busca disseminar entre os estudantes as idéias e os padrões correspondentes à elite controladora, ou seja, a classe capitalista. A língua nada mais é do que o dialeto pertencente a uma classe dominante, o qual passa a ser imposto para toda a população. É mais uma forma de universalizar os costumes da elite para toda uma população. Para E. Hobsbawn (2003, p. 70-71):

As línguas nacionais são sempre, portanto, construtos semi-artificiais e, às vezes, virtualmente inventadas, como o moderno hebreu. São o oposto do que a mitologia nacionalista pretende que sejam – as bases fundamentais da cultura nacional e as matrizes da mentalidade nacional. Frequentemente, essas línguas são tentativas de construir um idioma padronizado, através de recombinação de uma multiplicidade de idiomas realmente falados, os quais são, assim, rebaixados a dialetos – e o único problema nessa construção é a escolha do dialeto que será a base da língua homogeneizada e padronizada.

Esse autor (2003, p. 74) complementa sua argumentação:

De fato, a identificação mística de uma nacionalidade com uma espécie de idéia platônica da língua, existindo atrás e acima de todas as suas variantes e versões imperfeitas, é muito mais uma criação ideológica de intelectuais nacionalistas, dos quais Herder é o profeta do que uma característica dos reais praticantes comuns do idioma. É um conceito erudito e não vivido.

Sem dúvida, a língua tem um papel importante na relação entre os seres humanos, e a homogeneidade dos dialetos em apenas uma língua nacional facilitou não apenas a comunicação, mas também ajudou no desenvolvimento dos Estados e das indústrias, como, por exemplo, o Estado de Israel, onde se recriou o hebraico que estava em desuso há mais de 2.000 anos. Mas o ponto central que a ideologia nacionalista defende é que uma nação se diferencia por sua língua. Se um idioma pode ser inventado e uma nação também, mediante a homogeneização de diversas etnias e dialetos, ambas não são justificativas o suficiente para separar nações, como Andrew Vicent (1995, p. 255) afirma:

Quem se depara com a tese de que os Estados são primordialmente entidades de uma só língua pode ser desculpado por certo ceticismo inicial. É evidente, se examinarmos a maioria dos Estados atuais, que grupos lingüísticos diferentes estão presentes, se bem que, em muitos Estados, certas línguas sejam mais faladas que outras. [...] Também pode haver unidades nacionais distintas dentro de um Estado, por exemplo, o escocês e o galês na Grã-Bretanha, que geralmente (embora não exclusivamente) falam a mesma língua. Finalmente, a mesma língua pode ser quase incompreensível entre dialetos regionais. O ponto crucial em relação à língua é: pode ou deve ser usada para separar nações? A resposta parece ser não. A língua não parece ser uma identificação clara e precisa para a condição de nação.

6 INVENTANDO TRADIÇÕES

Não apenas nações e línguas podem ser criadas por ideologias políticas, como também tradições. Durante as transformações superestruturais que levaram à mudança da legitimidade do Estado na Europa do século XIX, muitas das tradições pertencentes ao antigo sistema econômico caíram no esquecimento, simplesmente por não terem mais serventia. Por outro lado, a ideologia política nacionalista, que busca legitimar o Estado-nação, tem como princípio um suposto passado de glórias das nações.

As tradições voltadas para o Estado têm a função de serem produtos ideológicos, ou seja, buscarem a abstração e a inversão da realidade. Como explica Marilena Chauí, o sentido dado à abstração é o de conhecimento da realidade como algo pronto, sem indagações sobre como essa realidade assim foi produzida. Por inversão, Chauí explica que é o entendimento do resultado de um processo como se este fosse o começo, adotando a visão dos efeitos como causa.

Muitas das tradições que são observadas hoje como a causa de sentimentos nacionais exacerbados são, na verdade, o resultado do processo de legitimação do Estado-nação perante a classe dominada da sociedade, ou seja, do próprio nacionalismo. Como E. Hobsbawn (2002, p. 12) destaca que

[...] quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.

As tradições têm características simbólica e ritualística. Sua expressão não possui um significado prático, apenas subjetivo. Se a tradição não for dessa forma, ela passará a ser um mero costume. A tradição nacionalista, assim como todas as tradições inventadas depois da Revolução Industrial, terá três funções a desempenhar a partir do momento em que for criada. Por tradição nacionalista entenda-se todo ritual, cerimônia ou movimento que seja relativo à nação, como forma de exaltação, afirmação ou confirmação do próprio nacionalismo, tais como as bandeiras, os hinos e as datas comemorativas.

Segundo E. Hobsbawn (2002), em seu livro *A invenção das tradições*, as tradições inventadas depois da Revolução Industrial, caso da ideologia política nacionalista, possuem três funções. Na primeira função, quem oferece a coesão social é a nação, em uma população nitidamente dividida em classes sociais. A existência de uma coesão social implica existência de regras e práticas coletivas, como a celebração do dia da independência ou o serviço militar obrigatório aos homens. A data deve ser comemorada por todas as pessoas, de forma que naquele dia todos se sentam unidos para celebrar a “liberdade de seu Estado”, ou obrigados a se apresentar ao exército, sob a pena de serem considerados desertores.

A segunda função da tradição nacionalista é a de legitimar as instituições e as relações de autoridade estabelecidas: o respeito ao Estado ou a figura do chefe de governo ou de Estado e a posição de superioridade que ambos possuem.

A ideologia política nacionalista expressa, em sua tradição de acreditar no Estado como defensor da nação, que a legitimidade reside na vontade de todos em prol dessa defesa. A crença na nação e na necessidade de sua existência para guiar o destino dos homens se faz fundamental no processo de legitimação do Estado capitalista. A vontade do povo não apenas justifica sua existência, mas ainda legitima todas as suas ações e, pelos sentimentos de lealdade, respeito e doação dos cidadãos para com a nação e conseqüentemente para com o Estado, faz com que a existência deste seja preservada e com ela toda a relação de desigualdade que é camuflada pela própria ideologia política nacionalista.

Quanto à relação com as autoridades estabelecidas, é difícil admitir uma relação desigual de autoridade em um mundo em que reina a idéia do contrato social e da igualdade dos cidadãos e em que não podem ser admitidas diferenças. A ideologia precisou usar de artifícios para aceitar a relação desigual das elites, desenvolvendo o senso comum de superioridade das elites, ao invés de ter que admitir um sentido de obediência nos inferiores.

A terceira função é estabelecer a fixação das idéias nacionalistas, seu sistema de valores e seu padrão de comportamento. Tal função pode ser observada por meio dos símbolos nacionais, como bandeira, hino e toda a ritualista que se tem ao tomar contato com qualquer desses símbolos. O respeito a eles é a expressão do respeito à nação. Os aparelhos ideológicos de Estado, descritos por Althusser são os instrumentos utilizados, para que essa terceira função da ideologia política nacionalista possa concretizar-se, com a divulgação e afirmação de seus ideais nas escolas, famílias, nas artes e nos meios de comunicação. A invenção de tradições faz parte não apenas da preservação do nacionalismo, como também de sua perpetuação e aceitação perante todos. Conforme E. Hobsbawn (2002, p. 15):

Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda (Boadicéia, Vercingetorix, Arínio, o Querusco) ou pela invenção (Ossian, manuscritos medievais tchecos). Também é obvio que símbolos e acessórios inteiramente no-

vos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional (dos quais o britânico, feito em 1740, parece ser o mais antigo), a bandeira nacional (ainda bastante influenciada pela bandeira tricolor da Revolução Francesa, criada no período de 1790 a 1794), ou a personificação da “Nação” por meio de símbolos ou imagens oficiais, como os estereótipos de Cartum John Bull, o magro Tio Sam ianque, ou o “Michel” alemão.

Para E. Hobsbawn (2002, p. 19), as tradições nacionalistas

[...] tendem a ser bastante gerais e vagas quanto à natureza dos valores, direitos e obrigações que procuram inculcar nos membros de um determinado grupo: “patriotismo”, “lealdade”, “deveres”.

Mesmo assim, essas tradições são praticadas compulsivamente, como a cerimônia de hasteamento da bandeira. A criação de elementos essencialmente simbólicos e emocionais são características típicas do nacionalismo que busca em uma lógica subjetiva sua fundamentação frágil. A exaltação do dever ao invés do direito, no texto seguinte é observada por Claudine Haroche (2002, p. 83), assim como o fato da própria invenção do sentimento nacional:

No interior dessa reflexão, os franceses mostraram-se mais preocupados com os deveres do que os direitos: um dever patriótico no qual se impõe a preferência pela pátria, indo mesmo ao sacrifício de si mesmo; dever de comemoração, respeito às tradições, culto dos ancestrais; dever de solidariedade, amor pelo outro de preferência que por si mesmo; deveres sociais que abrem um lugar determinante às afetividades, aos sentimentos, às vontades. Para todo indivíduo é crucial, portanto, a maneira coletiva de sentir. Uma maneira de sentir que remonta à revolução: é 1789 que cria a Pátria.

Ao fim da legitimidade real, a legitimidade nacionalista procura preencher o vazio criado pelo declínio das religiões sobrenaturais para a construção de uma religião cívica. Montserrat Guibernau (1997, p. 55) considera que

[...] há uma sacralização de certos aspectos da vida em comunidade, por meio de ritos públicos, liturgias políticas ou civis e devoções populares, elaborados para conferir poder e fortalecer a identidade e a ordem em sociedades heterogêneas. Nesse contexto, a comunidade alcança transcendência através de seus símbolos e sua história épica.

7 CONCLUSÃO

Ao inventar tradições, criar mitos e histórias, difundir uma língua e a idéia de uma nação, a ideologia política nacionalista procura homogeneizar uma sociedade heterogênea e, mais profundamente, desigual. Essa ideologia procura legitimar o Estado, de maneira que todos os que vivem sobre seu território se sintam como parte, o que não são, pois o Estado é um instrumento da classe dominante para controlar as demais classes da sociedade. Essa é uma ideologia burguesa, necessária e difundida no século XIX, a qual criou em volta do Estado uma proteção mítica sentimental.

Apesar de essa ideologia ter-se modificado durante o século XX, tomando proporções inimagináveis para seus pensadores do século XIX, como os movimentos separatistas ETA e IRA, ou movimentos radicais, como o nazismo, ela ainda preserva em seu conteúdo teórico uma premissa: legitimar um Estado e um governo, em nome de uma combinação de cultura, língua e passado em comum, que, quando bem integrados com fatores subjetivos da alma humana, formam a nação.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BURNS, E. et al. **História da civilização ocidental**: do homem das cavernas às naves espaciais. 39. ed. rev. São Paulo: Globo, 1999. v. 2.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

HOBBSBAWN, E. **A era das revoluções**. 14. ed. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

MARX, K. **A questão judaica**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Coleção a Obra-Prima de Cada Autor).

POLITZER, G; BESSE, G; CAVEING, M. **Princípios fundamentais de filosofia**. Tradução: João Cunha Andrade. São Paulo: Hemus, 1993.

RODRIGUES, A. As revoluções burguesas. In: REIS FILHO, D. et al. **O século XX: da formação do capitalismo à primeira guerra mundial**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000. v. 1 (O tempo das certezas).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. **A república das elites**: ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo. São Paulo: Bertrand, 2004.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 9. ed. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiro de Castro. Rio de Janeiro: Gaal, 2003.

BONAVIDES, P. Legalidade e legitimidade do poder político. In: BONAVIDES, P. **Ciência política**. 10. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CORDI, Cassiano. **Para filosofar**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

FALCON, F. O capitalismo unifica o mundo. In: REIS FILHO, D. et al. **O século XX: da formação do capitalismo à primeira guerra mundial**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000. v. 1 (O tempo das certezas).

GUIBERNAU, M. **Nacionalismo**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Tradução: Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HAROCHE, C. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, J. et al. **Razão e paixão na política**. Brasília: Ed. da UNB, 2002.

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

HOBBSBAWN, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 3. ed. Tradução: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOBBSAWN, E; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21. ed. rev. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

LEGITIMIDADE. In: BOBBIO, N. **Dicionário político**. 5. ed. Brasília: Ed. da UnB-Imprensa Oficial, 1999. v. 2.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã: Feuerbach**. 11. ed. Tradução: José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.

PERRY, M. **Civilização ocidental: uma história concisa**. 2. ed. Tradução: Waltensir Dutra e Silvana Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

POLITZER, G. **Princípios elementares de filosofia**. São Paulo: Moraes, 1986.

SMITH, A. Criação do estado e construção da nação. In: HALL, J. **Os estados na história**. Tradução: Paulo Vaz, Almir Nascimento e Roberto Brandão. Rio de Janeiro: Imago, 1992. (Série Diversos).

VINCENT, A. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

Artigo recebido em 11/10/2006.
Aprovado para publicação em 20/11/2006.